

CONCEITO DE PAÍS NOVO*

Fernand Braudel

Acurado estudo seria necessário para compreender, definir e delimitar a noção de país novo. Procedamos cuidadosamente ao analisar esta expressão, para evitar que se dilua o seu conteúdo farto e o seu dinamismo, devido à sua imprecisão característica e aos abusos que se cometem em seu emprego usual. Quantas vezes ouvimos frases como esta: “Aqui estamos num país novo, onde tudo é recente... de grandes riquezas no futuro... onde em contraste com os países velhos tudo se espera... etc.”! Como é difícil a descoberta das verdades que se escondem nessas fórmulas oficiais a todo instante repetidas! Para conseguir percebê-las é mister recorrer a quase todas as ciências sociais e mesmo à história. Não temos, porém, esse intuito. Nesta revista, que está sob o signo da mocidade, não queremos ocupar o lugar que, infelizmente, já não nos pertence mais. Aos alunos que pediram nossa colaboração para a *Filosofia, Ciências e Letras*, da qual tão justamente se orgulham, tivemos vontade de responder: “Valerá realmente a pena? Antes falem-nos vocês, sobretudo, de vocês mesmos. É através da mocidade e da expressão dela que procuramos o futuro do Brasil, grande e inquieto a um tempo, e que será exatamente, matematicamente, o de vocês”.

* Transcrito de *Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo, 2: 3-10, agosto de 1936.

Ocuparemos portanto – o que consideramos essencial para a revista, – apenas poucas páginas. Além disso, nesse espaço, temos intenção de expor somente algumas reflexões, sem as explorar completamente, traçando, sobretudo, considerações que provêm de uma experiência direta.

Há, contudo, casos em que sou moço, e até mesmo mais moço que meus discípulos: é naqueles em que se situam e se mesclam a história e a atualidade, o passado e o presente do Brasil. É Giradoux, parece-me, quem, num trecho de seu *Siegfried et le Limousin*, mostra um de seus personagens que cavalgando pela miúda neblina da manhã, por uma estrada da Alemanha de hoje, antes de se abrirem as casas, sente-se, em dado momento, levado do sonho para a realidade, pela sensação de atravessar a Alemanha de Gustavo Adolfo.

Aqui não são precisas tantas precauções para rever o passado, para, ao voltar de uma viagem banal, deparar com as misteriosas impressões da época ameríndia, situada além do passado colonial que é o de ontem. Aqui o passado e o presente nos arrastam com uma insistência que é uma lição contínua.

É preciso, quaisquer que sejam as conseqüências, retocar nossas idéias, nossas idéias da Europa, por detrás das quais, quer se queira, quer não, há florestas que são parques e campos batidos, jardins e pomares em perfeita ordem... Demais, para sentir-se o que é um país-novo, não será o viver nele a melhor escola?

*

Vivi bastante tempo – dez anos – em outro país que se diz novo – a Argélia, sem dúvida a mais sólida e mais séria criação da expansão francesa, porquanto o Canadá laurentiano, muito vigoroso, se desprende de nós quase que desde o início. É, decerto, a criação mais sólida e mais séria, conquanto menos celebrada na aparência, e menos país-novo que Marrocos, ainda que mais importante que ele. Na fisionomia da Argélia se encontram inúmeros traços clássicos de país-novo: o crescimento rápido das cidades, o desenvolvimento decidido dos portos, dos mercados de produção. Argel e seus bairros concentram mais de 300 mil habitantes, e Argel é talvez, depois de Paris, das cidades francesas, a mais bela, a mais atraente, embora

ainda marcada por feias construções antigas, estilo Luiz Felipe. A Argélia é o primeiro cliente e o primeiro fornecedor da França.

É na raça de homens duros, audazes, enérgicos, que se assinalam de maneira mais visível os traços de país-novo. O camponês que ai se fixou há 50 ou 75 anos, o fazendeiro argelino, tem o prazer do risco, o gosto da aventura... muito mais que o da cultura filosófica; um não sei que, com sabor de América.

Foi Cláudis Farrère quem escreveu sobre os “homens novos” de Marrocos. Todavia, manda a justiça que se diga foi a Argélia que nos impeliu à conquista das plagas bárbaras vizinhas e foi ela que as colonizou, dando-lhes seus homens-novos, dando-lhes os seus “bandeirantes”; e ela é ainda quem cobiça a embocadura do Níger, para onde ainda há de lançar seus filhos, seus capitais e o governo francês, apesar de desfeitos os sonhos das grandes plantações de algodão.

*

Revi a Argélia na plenitude de sua luz ofuscante, depois de minha primeira estadia na terra brasileira que eu deixara justamente na época em que as nuvens do estio começavam a empalidecer o colorido do céu... Será a Argélia um país novo? Jamais acreditei seriamente que o fosse, e agora é que de todo não o creio mais. É claro que o faço em nome de uma idéia arbitrária, que se pode aceitar ou rejeitar, mas que tem seu valor, mesmo fora das definições e do círculo dentro do qual desejo manter-me. Esclareçamos. A idéia de país-novo é inseparável de um característico de mocidade. Enquanto cidade, é São Paulo um centro urbano bastante antigo, mas como grande cidade é de ontem e, portanto, nova. A Argélia também, em sua nova fase, parece datar de cem anos – a conquista de Argel foi feita em julho de 1830 – mas, em verdade, é somente no século XX que se processa seu grande desenvolvimento econômico. Assim é que, logo no começo do século, se formam as grandes vinhas, enriquecem-se, por um instante, suas produções, de trigo e suas explorações de fosfatos e minérios de ferro. Também a Argélia tem um futuro promissor e está, sem dúvida, muito aquém do máximo de sua expansão, ávida do dinheiro, do luxo e da inteligência que lhe chegam da Metrópole, à qual estreitamente se liga por um coração ardente e pela rapidez das comunicações.

Na base, entretanto, em suas raízes sociais – e é neste ponto que insistimos – repousa ela sobre o velho mundo das sociedades indígenas – o mundo milenário da montanha berbere, do nômada dos tempos clássicos – e sobre o mundo secular do pastor árabe que se fixou nas estepes do planalto desde os séculos VII e VIII, principalmente depois da invasão hiladiana ao século X. Pois essas sociedades, longe de desaparecerem, prosperaram largamente, proliferaram graças à paz francesa. Em 1830 viviam na Argélia dois milhões de indígenas; hoje existem cerca de seis milhões. Acima dessa massa está o “homem novo” europeu, senhor dos postos de comando, cuja posse é de manutenção difícil. Comprova-o a história, com veemência. Diante dessa massa inquieta, os “homens novos” não chegam a um milhão. Destes seriam necessários muito mais ainda, porque àquela massa falta sobretudo plasticidade. No domínio econômico ela é obstáculo contra o qual se luta. “Onde não atua o micróbio europeu”, disse Emílio Gautier, “estaciona a vida econômica argelina”. Assim foi o “squatter” nas imensidões onde as plantas são raras, na Austrália; assim, a mediocridade das criações de carneiros, nos planaltos elevados da Argélia. O motivo está no pastor indígena que é ineducável. O progresso argelino se processa principalmente nas planícies sub-litorâneas vazias ou quase vazias de gente, quando aí se opera a ocupação francesa, região essa de águas estagnadas, de animais selvagens e onde campeava a malária. Aí, a experiência francesa se realiza sobre uma *tabula rasa*. Para construir, ela mistura elementos humanos provenientes de todas as partes do Mediterrâneo ocidental, italianos do Mezzogiorno, corsos da costa e da montanha, meridionais franceses saídos dos vinhedos e mesmo imigrantes do Norte, da Alsácia, espanhóis do Levante... Formam-se assim, na vasta Argélia, como que três ou quatro pedaços da América. Em outras regiões, porém, a sociedade indígena impede a produção do fenômeno americano. Em Marrocos, na Tunísia, a experiência francesa atinge um grau bem menos elevado em 1883 para a Tunísia, e em 1912 para Marrocos. Nessas duas regiões norte-africanas, sobretudo em Marrocos, o ensaio francês, aproveitando-se dos ensinamentos colhidos na Argélia, se desenvolve com uma celeridade de sonho. Todavia, esses sucessos tão evidentes não devem esconder os embaraços que acobertam. Em Marrocos, como na Tunísia, as sociedades

indígenas subjacentes são na realidade mais impermeáveis e de penetração ainda mais difícil que na Argélia. É que aí elas se apoiam sobre cidades dotadas de burguesias intelectuais indígenas: Tunis de um lado, e Fez, a cidade misteriosa, de outro. A Argélia, pela qual a França forçou as portas da África do Norte, ao contrário, tem sido sempre uma zona atrasada entre duas regiões brilhantes: Marrocos e *Ifrigyâ* ou Tunísia. Em suma, pode-se dizer que, se a tentativa francesa se tivesse desenvolvido em geral e não excepcionalmente sobre uma folha em branco, os resultados econômicos seriam hoje muito maiores do que são, e o país entraria para a categoria dos países-novos, não em parte, mas de modo total. Longe de mim a intenção de censurar. A colonização francesa encontra, justamente nesse alargamento da sociedade indígena norte-africana, sua justificação moral. Este não é, porém, o problema que nos ocupa.

*

Países-novos não seriam, pois, aqueles cujo desenvolvimento econômico é re-freado pela anquilose ou rigidez dos elementos sociais? Vejamos a França: sua sociedade é essencialmente dotada de uma coerência, de uma disciplina e de exigências, que nem sempre convêm ao seu melhor rendimento, exigências essas que estão mesmo em contradição com os pendores lógicos, senão morais da economia... *Produzir* é a voz de comando das sociedades novas, *repartir*, a dos mundos velhos. Na França, a cada passo, os problemas econômicos se entrelaçam com as necessidades, ou melhor, com as reclamações sociais. O destino da política, o seu papel, é conciliar o econômico e o social, o que nem sempre se fará em benefício do fator econômico. No Brasil, não digo que a política não se encontre diante de idêntica situação, mas sem dúvida, em sua constituição social, pelo menos em São Paulo e no Sul, há uma certa mobilidade de caracteres que não se encontra na Europa. Quantas vezes tenho ouvido os melhores observadores da vida paulista dizerem: “Entre nós não existe questão social”. É claro que isso não é mais que uma *boutade* e quer apenas dizer que, se aqui existem questões sociais, elas não se apresentam, digamos, como na França... É, em suma, uma forma de se dizer que não há aqui uma sociedade com divisões separadas por áleas de pedregulho como num jardim. A sociedade brasileira é dotada de extrema flexibilidade. Seus elementos não são

aglutinados, dispostos em quadros rígidos, observando ordem certa. O maior reacionário equívale sempre a um *whig* e um *whig* bem liberal. Há uma maleabilidade espantosa da massa social, móbil, predisposta sempre a se remodelar do princípio ao fim da escala, sob quaisquer condições econômicas, talvez demasiado maleáveis, com borrascas que outras sociedades não poderiam suportar, entregue ao sopro das idéias, a todo pano, e o progresso com todas as inovações. Na sociedade francesa, em todo tempo, um movimento contínuo – a *etapa* de Bourget – faz subir os elementos dos níveis inferiores para as camadas mais elevadas da sociedade, mas apenas no que é necessário para restaurar e conservar o alto do edifício, constantemente renovado, porém sempre o mesmo.

Aqui, os movimentos verticais têm força de torrentes, mas se processam tanto no sentido ascensional como no do naufrágio. Além disso, estranhas correntes horizontais arrastam o médico para o magistério, do magistério para a política, da política para as fazendas de café ou para as culturas de algodão... Nossas existências decorrem numa linha precisa, enquanto que as dos homens dos países-novos estão sob o império do zig-zague, da imprecisão da mocidade. Esta maleabilidade social, porém, não é fundamentalmente o elemento essencial do país-novo, nem o único, mas sem dúvida, o mais importante. Pode ser tomado como critério para se classificar ou não determinado país na categoria de país-novo. Não é o Egito. Nem a Índia ou o Japão. Nem a Abissínia nas vésperas de sua existência romana. Nem os estados americanos das velhas paisagens das civilizações antigas e, portanto, nem o México, nem a Bolívia, nem o Peru... Nem ainda a África Austral com suas sociedades indígenas. Mas sim a Argentina e o Brasil de tipo paulista. Pelo contrário, opõem-se reservas no que concerne ao Canadá a aos Estados Unidos onde se julga que a sociedade se solidifica progressivamente. Não ainda a Austrália e a Nova Zelândia; pelo menos o considerá-las países-novos requer muito cuidado. Esse países-novos são inteiramente ingleses, demasiadamente submissos ao padrão e à ordem da Metrópole.

*

Estranho é o resultado de uma análise que se pretendeu fazer sumária! Ao primeiro esforço para se precisar uma noção corrente, ela fica vazia de seu conteúdo!

Eliminam-se todos os países candidatos ao título de país-novo, com exceção do Brasil e da Argentina! Embora nos escusemos, justificamos as conclusões. Qualquer outro critério que houvesse sido adotado, levaria à mesma eliminação. Suponhamos que houvéssemos preferido considerar o aspecto econômico, e que disséssemos que país-novo é aquele que importa homens, capitais, produtos manufaturados e que é suficientemente rico de possibilidades para arcar com essa tríplice sobrecarga. Aceito esse critério, quais seriam os países que deveriam ser admitidos e quais os que deveriam ser rejeitados como países-novos? Em verdade, antes de tudo, é a vida demasiado complexa para que se possa conter dentro de uma fórmula simplista e, sobretudo, a mocidade dos países, que são seres coletivos, nem pelo fato de ser mais prolongada que a nossa, deixa de ser momentânea também. Obstina-se um de meus amigos a ver o futuro da cidade de São Paulo através da imagem de Chicago. Quando essa imagem for realidade, será o Brasil jovem? Não terá sua sociedade perdido a mobilidade que é causa de muitas das suas misérias, mas, também a de sua atração e de força sobre a natureza? As sociedades, mesmo as mais fluidas, evoluem para uma certa ordem. Estabelecida a ordem, não tem ela o signo de eternidade. Existe um ciclo que vai da ordem à dispersão, e da dispersão à ordem. Completa-se mais ou menos depressa. O Brasil, pelo menos no que concerne à sua realidade social, quando a navegação a vela desaparece do Atlântico, e a navegação a vapor lhe vai trazer sua massa de imigrantes ali por 1890, deixa de ser um país jovem. É sob a pressão das circunstâncias, sob o bombardeio dos exércitos de recém-vindos, que a velha sociedade se abala, amplia suas malhas, salva de sua ordem primitiva tudo que pode – sua língua, sua religião – que o Brasil se torna um país-novo.

*

Em brilhante preleção, um de meus alunos falava da Inglaterra em 1850, na época em que seu organismo social acabava de se arruinar para ceder lugar a uma ordem nova. Em poucas palavras resumia a situação: “A Inglaterra foi o primeiro país americano do mundo”. A expressão poderia servir de conclusão. Ela põe em relevo, muito bem, as possibilidades de retorno à mocidade.

Acrescentarei tão somente um conselho destinado aos moços: “em um país que terá preenchido seus quadros antes que a atividade que vocês desenvolvem esteja terminada e que suportará de seus atos conseqüências de cuja amplitude não suspeitam, convém pensar e refletir maduramente antes de agir”. *Produzir e repartir*, dissemos, referindo-nos, há pouco, aos países velhos e novos. Pode-se mesmo dizer que, de um lado, se trata de conservar e, de outro, criar. Pois é preciso que vocês sejam capazes de criar o Brasil de amanhã e fazê-lo ainda maior!”